

# SUMÁRIO

## **Primeira Parte**

### **Sociologia do Direito**

<b>1. Durkheim: Direito e solidariedade.</b>	<b>20</b>
<b>2. Marx: Direito e Economia.</b>	<b>25</b>
2.1. Infraestrutura e Superestrutura.	25
2.2. Direito e Economia.	28
<b>3. Weber: A racionalidade do direito.</b>	<b>31</b>
3.1. Direito e Burocracia Moderna.	35
<b>4. Oliveira Vianna: Fundamentos sociais do Estado.</b>	<b>39</b>
<b>5. Direito e sociedade de massas.</b>	<b>46</b>
5.1. Scipio Sighele.	47
5.2. Ortega y Gasset.	47
5.3. Gustave Le Bon.	48
5.4. J. B. Vallet de Goytisoló.	49
<b>6. Educação e sociedade.</b>	<b>52</b>
<b>7. Criminalidade nas sociedades contemporâneas.</b>	<b>52</b>
<b>8. Monismo e Pluralismo no Direito.</b>	<b>54</b>
<b>9. Bem Comum.</b>	<b>60</b>
<b>10. Mídia e comunicações de massa.</b>	<b>63</b>

## **Segunda Parte**

### **Psicologia Judiciária**

<b>1. Conceito e importância da Psicologia para o Judiciário.</b>	<b>68</b>
---	-----------

<b>2. Integração da Psicologia com o Direito.</b>	<b>73</b>
<b>3. A importância da Psicologia e da Psiquiatria no âmbito da execução das penas.</b>	<b>78</b>
<b>4. A Psicologia das Partes e Testemunhas.</b>	<b>80</b>
<b>5. Prognose Criminal.</b>	<b>84</b>
<b>6. Psiquiatria forense.</b>	<b>87</b>
<b>7. A interdisciplinaridade nos casos judiciais complexos.</b>	<b>89</b>
<b>8. A Psicologia da Conciliação.</b>	<b>90</b>

## **Terceira Parte**

### **Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional**

<b>1. Ética na Constituição Federal.</b>	<b>101</b>
<b>2. Ética na Atuação Judicial.</b>	<b>104</b>
<b>3. Código de Ética da Magistratura.</b>	<b>106</b>
<b>4. Direitos e Deveres Funcionais do Magistrado.</b>	<b>107</b>
4.1. Garantias de Imparcialidade.	109
4.2. Garantias de Independência.	109
4.3. Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	113
<b>5. Sistemas de Controle Interno do Poder Judiciário.</b>	<b>120</b>
5.1. Corregedorias.	121
5.2. Ouvidorias.	121
5.3. Conselhos da Magistratura.	122
5.4. Conselho Nacional de Justiça.	122
<b>6. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.</b>	<b>127</b>

6.1. Responsabilidade Civil.	127
6.2. Responsabilidade Administrativa.	130
6.3. Responsabilidade Penal.	130
<b>7. Princípios Éticos.</b>	<b>131</b>
7.1. Independência.	132
7.2. Imparcialidade.	132
7.3. Transparência.	133
7.4. Integridade Pessoal e Profissional do Juiz.	134
7.5. Diligência e Dedicção.	135
7.6. Cortesia e Prudência do Juiz.	135
7.7. Conhecimento e Capacitação.	135
<b>8. Ilícitos éticos. Sanções.</b>	<b>136</b>
<b>9. Lugar da ética na função judicial e na vida particular do juiz.</b>	<b>139</b>
<b>10. O papel da cordialidade na prestação jurisdicional.</b>	<b>140</b>

## **Quarta Parte**

### **Filosofia do Direito**

<b>1. Os Tipos de Saberes Jurídicos.</b>	<b>145</b>
1.1. Miguel Reale	145
1.1.1. Filosofia Do Direito	145
1.1.2. Divisão Da Filosofia Jurídica.	147
1.1.2.1. Parte Geral	147
1.1.2.2. Partes Especiais.	149
1.1.3. Teoria Tridimensional Do Direito	150

1.1.3.1. Unidade da Experiência Jurídica.	152
1.1.3.1.1. O Fenômeno Jurídico	153
1.1.3.1.2. Nomogênese Jurídica.	154
1.1.3.1.3. Poder e Processo Normativo.	156
1.2. Enfoques Dogmático E Zetético.	158
1.2.1. Zetética jurídica.	158
1.2.2. Dogmática jurídica.	159
1.2.3. Dogmática e zetética.	159
1.3. Espécies de saber.	160
<b>2. Justiça Comutativa, Justiça Distributiva e Justiça Geral.</b>	<b>162</b>
<b>3. Direito e Moral.</b>	<b>164</b>
<b>4. Prudência Jurídica: discurso da razão prática e consciência moral.</b>	<b>170</b>
<b>5. Direito e Legitimidade.</b>	<b>172</b>
5.1. Legitimação e procedimento.	173
5.2. Procedimento judiciário.	174
<b>6. Positivismo.</b>	<b>176</b>
6.1. Positivismo Sociológico.	176
6.2. Positivismo Jurídico.	177
6.3. Positivismo Judicial	179
<b>7. Iusnaturalismo clássico e iusnaturalismo moderno.</b>	<b>181</b>
7.1. Iusnaturalismo Clássico.	182
7.2. Iusnaturalismo Moderno.	185
7.2.1. Direito Natural Racional.	187
7.2.2. Hugo Grócio.	188
7.2.3. Samuel Pufendorf.	190

7.2.4. Christian Thomasius. _____	192
7.2.5. John Locke. _____	194
7.2.6. Thomas Hobbes. _____	197
7.2.7. Montesquieu. _____	198
7.2.8. Jean-Jacques Rousseau. _____	200
<b>8. Niilismo Jurídico. _____</b>	<b>202</b>

## **Quinta Parte**

### **Teoria Geral do Direito e da Política**

<b>1. O conceito analógico de direito. _____</b>	<b>216</b>
1.1. Analogia Extrínseca. _____	219
1.2. Analogia Intrínseca. _____	220
<b>2. Pessoa. Pessoa jurídica. Direito subjetivo. _____</b>	<b>220</b>
2.1. Pessoa Natural. _____	220
2.1.1. Início da Personalidade Natural. _____	221
2.1.2. Extinção da personalidade natural. _____	225
2.2. Pessoa Jurídica. _____	226
2.2.1. Natureza jurídica. _____	227
2.3. Direito subjetivo. _____	231
<b>3. Realismo Jurídico. _____</b>	<b>233</b>
3.1. Correntes do Realismo Jurídico. _____	233
3.2. Estudo de Casos e a Metodologia Realista. _____	234
<b>4. Direito e poder. _____</b>	<b>235</b>
4.1. Poder e Soberania. _____	235

4.2. Poder e Dominação Social.	238
4.3. Poder e Hermenêutica.	239
4.3.1. Detentores do poder.	239
4.3.2. Relação de autoridade.	240
4.3.3. Relação de liderança.	241
4.3.4. Relação de reputação	241
4.3.5. Interpretação predominante.	242
<b>5. Legitimidade e Legalidade.</b>	<b>242</b>
5.1. Legalidade e Hermenêutica.	244
5.2. Visão Estrutural e Funcional.	245
<b>6. Direitos fundamentais, direitos humanos e direito natural.</b>	<b>247</b>
6.1. Direitos Fundamentais.	247
6.2. Direitos Humanos.	253
6.3. Direito Natural.	256
<b>7. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).</b>	<b>256</b>
<b>8. Sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos.</b>	<b>258</b>

## Noções gerais de **Direito e Formação Humanística**

---

